

GEOGRAFIA HOJE: ALGUMAS REFLEXÕES*

Zilá Mesquita

Discorrer sobre a Geografia na atualidade é uma tarefa difícil. Por várias razões. Prendo-me aqui às seguintes:

Uma das características definidoras de nossa época salientada por Marshall Berman parece ser o viver em contradição, no campo de vários possíveis. Não há certezas definidoras. Não há mais caminho único a seguir. Se isto proporciona liberdade de escolher caminhos que conduzem a presentes e futuros potencialmente ricos em sua diversidade, também sugere o convívio mais ou menos lúcido com opções simultaneamente atrativas e divergentes. Não só a Geografia, mas ela *também* dentre outros saberes, defronta-se com esta convivência com a modernidade.

Outra razão é que sempre se corre o risco de oferecer uma visão parcial, não só devido à rapidez com que as ciências e as informações avançam neste fim de século, como ainda pelo fato de que a Geografia, assim como outros saberes, se fragmentou em múltiplas abordagens. Se de um lado este pode ser encarado como um fato promissor, por outro faz com que hoje, mesmo um profissional com formação em Geografia, tenha dificuldade em oferecer um panorama completo da mesma. Além disso as mudanças velozes de nossa época desautorizam qualquer pronunciamento eivado de certeza ou qualquer ousadia prospectiva sobre o futuro de nossas disciplinas. Assim, é importante desde logo descartar deste trabalho expectativas quanto a uma visão prospectiva.

Há ainda um fator que até por honestidade deve ser mencionado. Este é *um* recorte dentre muitos possíveis. Foi aquele que me ocorreu ou que me foi possível oferecer neste momento. Portanto está sujeito à arbitrariedade de que padecem todas as apresentações desta natureza, posto que impregnada pela visão pessoal de quem a apresenta. Assim,

Zilá Mesquita é professora de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Comunicação apresentada no Curso de Extensão *História, hoje* / CPG História/UFRGS/1993.

assumo este olhar como meu, isentando meus colegas geógrafos de responsabilidade pelas opiniões aqui emitidas, mas apontando aqueles de cujo apoio bibliográfico me vali, embora isentando-os também de responsabilidade pela seleção das idéias aqui apresentadas. Além disso, é preciso que o diga, como não trabalho com disciplinas da geografia física, limito-me apenas a considerações gerais sobre elas.

Dispostos estes resguardos justificadores, eis algumas questões para nortear o plano de apresentação. Parto das seguintes:

1- O que os geógrafos pesquisam e quais as correntes que a partir das últimas três décadas tem sido as caudatárias na inserção destas pesquisas?

2- O que temos e o que não temos em comum, a Geografia, a História - uma vez que me dirijo a historiadores - e outras vertentes das ciências humanas, aí inscrita uma pergunta senão pertinente, pelo menos atrevida, pela pretensão do que tenta responder, ou seja: - o que os professores ensinam? Asseguro desde já que nenhum impulso de onipotência me move no intuito de oferecer uma resposta plenamente completa.

O QUE OS GEÓGRAFOS PESQUISAM?

Uma via possível e razoável seria por certo, percorrer os bancos de informações sobre a produção acadêmica. Sem condições de acesso aos acervos de teses e dissertações das universidades ou a possíveis bancos de dados das instituições de fomento à pesquisa, pareceu-me um caminho facilitador percorrer os anais de dois eventos científicos recentemente realizados e a proposta temática ainda preliminar do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos a realizar-se em 94, na cidade de Curitiba.

O primeiro evento examinado foi o Encontro Internacional *O novo mapa do mundo*, realizado de 1º a 5 de setembro de 1992 pelo Departamento de Geografia da USP e pela ANPUR em São Paulo, cujos trabalhos, publicados em 1993 pela Hucitec, ocupam três volumes. Apenas para dar uma idéia, já que seria inadmissível uma análise parcelar de cada trabalho, o primeiro volume, intitulado: *Fim do século e globalização*, reúne trabalhos sob os seguintes tópicos: *Os conceitos de globalização; Mapas políticos da globalização; Cultura, técnica, meio; Geografia econômica da globalização; A globalização dos lugares*. O segundo volume, intitulado: *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*, aglutina trabalhos sob os seguintes tópicos: 1º - *A produção disciplinar do conhecimento*, subtulado em : Reflexões e propostas;

Reconceitualizações; Trajetórias institucionais. 2º - *O debate ecológico/ A discussão ambiental*, subtítulo em: Revisão temática e propostas para a ação; Natureza e cidade; Experiências nacionais; Experiências regionais e Cartografia ambiental. Já o terceiro volume - *Globalização e espaço latino-americano* - abrange tópicos tais como: 1º - *Uma abordagem global*; 2º - *Reestruturação econômica em um contexto de políticas neoliberais*; 3º - *Em torno das propostas de integração regional*; 4º - *O espaço financeiro*; 5º - *Transformações urbanas*; 6º *O espaço rural*; 7º - *Migrações*.

O segundo evento, mais recente, foi o *IV Encuentro de Geógrafos de América Latina*, realizado em fins de março de 93 em Mérida, na Venezuela, que teve o ambicioso tema geral: "*Ambiente y sociedad: la Geografía hacia el siglo XXI*". Seus anais estão distribuídos em cinco tomos. O primeiro tomo trata de *Geodinámica ambiental y riesgos naturales*, cujos 50 trabalhos tornariam exaustiva sua simples menção, quanto mais sua análise. Limito-me então a mencionar três dentre vários, cujos títulos deixam entrever a utilização da dimensão tempo com intervalos diversos e que poderiam despertar curiosidade entre os historiadores. São eles: "*El descubrimiento de América y su impacto en las cactáceas mexicanas*"; "*Estudio de desertificación con base en análisis de series temporales*"; "*Dados cartográficos temáticos e de imagens orbitais na previsão de riscos de inundações em bacias hidrográficas: uma metodologia para sistemas de informação geográfica*". Como se percebe, o primeiro retrocede meio milênio para, a partir de um fato histórico - a descoberta da América - deter-se no exame de sua influência sobre uma vegetação característica. O segundo vale-se de séries temporais, portanto também retrocede no tempo, enquanto o último busca avançar no tempo valendo-se de sistemas de informações geográficas possibilitadores de previsões.

O segundo tomo trata de *Teoría y métodos geográficos*. Com o mesmo número de trabalhos, apresenta títulos como: - "*Para romper mitos y libertar-se de dogmas. Algunos ejemplos de la importancia de la reflexión teórica en las Ciencias Geográficas*"; "*Principales aspectos generadores de cambio en geografía. Consideraciones metodológicas*"; - "*Problemas conceituais e metodológicos na visibilidade da região e do regionalismo*". Já o terceiro tomo é dedicado a vinte e um trabalhos versando sobre *Integración latinoamericana y problemas fronterizos* onde se encontram análises sobre integração entre países, o Mercosul e sobre vários aspectos das áreas de fronteira. Para exemplificar, poder-se-ia citar trabalhos como: "*Una vecindad difícil: la problemática*

de la urbanización y el medio ambiente en la frontera México-Estados Unidos"; - *"Mercosur, políticas ambientales y programas de coordinación regional de investigación"*; - *"Integración latinoamericana en contexto de la mundialización"*.

O quarto volume reuniu 56 trabalhos sob o título geral de ***Cambios espaciales y ordenación del territorio*** como os seguintes: *"A vegetação na cidade e a qualidade ambiental"*; *"Problemas territoriales del desarrollo industrial en Cuba"*; *"Acumulação e pobreza nas metrópoles e grandes cidades do Brasil"*. No quinto volume enfim, sob o título ***Población y dinámica espacial urbano-rural*** há 53 artigos, como: *"500 anos de urbanização (ou como se fizeram as cidades da América)"*; *"As relações entre o camponês e os setores comerciais na região de Presidente Prudente"*; *"Propriedade fundiária e capital imobiliário: reestruturando a cidade"*. Sem dúvida, há a necessidade de lembrar que a menção a estes trabalhos, não pretende apresentá-los como protótipos de uma produção geográfica que assim se reproduziria tematicamente.

O terceiro evento ilustrativo será o 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos em 1994 que terá por tema: *"Velho Mundo, novas fronteiras - Perspectivas da Geografia Brasileira"* e já está com os seus 7 eixos temáticos assim esboçados: 1º) *Geografia física* com os temas: 1.1. Geografia Física e planejamento Urbano; 1.2. O que é a natureza? 1.3. Teorias Geomorfológicas; 1.4. A influência das concentrações urbanas no micro-clima. 2º) *Geografia e educação* com os temas: 2.1. O currículo nas escolas de 1º, 2º e 3º graus e a Geografia; 2.2. Geografia e interdisciplinariedade; 2.3. A educação ambiental e o enfoque da Geografia; 2.4. As concepções pedagógicas e o ensino da Geografia. 3º) *Ambiente* com os temas: 3.1. Biodiversidade e diversidade Cultural; 3.2. A Degradação ambiental no Brasil: Problemas e perspectivas; 3.3. Eco-92: Dois anos depois; 3.4. Desertificação no Brasil: Processo natural ou social? 4º) *Questões profissionais*: 4.1. Perspectivas profissionais e os campos de atuação; 4.2. Políticas de estado e o profissional em Geografia; 4.3. Universidade e formação profissional; 4.4. Geografia e consultoria: ética ou pragmatismo? 5º) *Urbano, agrário e regional*, com os temas: 5.1. Violência no Campo: Cidadania dilacerada na sociedade brasileira; 5.2. A cidade e seus territórios; 5.3. Divisão territorial do trabalho e questão regional; 5.4. Espaço/tempo; Local/mundial - A reconstrução do conceito de região; 5.5. Transição demográfica e qualidade de vida. 6º) *Teoria, método e instrumentalização em geografia*, com os temas: 6.1. O espaço em Foucault. 6.2. Geografia e fenomenologia; 6.3. Novas tecnologias assistidas por computador. 7º) *Geografia política e*

tecnologia com os temas: 7.1. Militares e o novo estado latino americano; 7.2. Os novos países industriais (NPIs) e o domínio tecnológico; 7.3. (In) Pacto amazônico; 7.4. Fragmentação e unificação da sociedade no território; 7.5. Novas relações espaciais. Além dos referidos eixos com seus temas, haverá comunicações coordenadas sobre: História do pensamento geográfico e Propostas metodológicas de mapeamento ambiental.

Se a partir desta sucinta recorrida, indagássemos: “*que perguntas se fazem os geógrafos?*”, a resposta mais próxima da verdade talvez fosse: *Todas!* Desde que envolvam o espaço e o território. Se o que é apresentado em encontros científicos oferece oportunidade de averiguar os centros de interesse de pesquisa e discussão de uma ciência, os apontados acima bem demonstram o vasto campo que cobre a Geografia hoje e a dificuldade de inteirar-se de todas as possibilidades enunciadas. Compreender a complexidade não é fácil. Nunca foi fácil em época alguma. Por isso sempre representou um desafio. Hoje, com o que é chamado “a globalização”, parece que a complexidade aumentou. Ou será um olhar viciado por estarmos imersos em nossa época? Mas talvez, no caso da Geografia, seja útil lembrar o que denomino as suas “paixões” e “perdições”.

PAIXÕES E PERDIÇÕES EM GEOGRAFIA

Começamos pela “*perdições*” sem entretanto divorciá-las de seus duplos, ou seja: de suas “*paixões*”. Uma das características inerentes à Geografia desde que se afirmou como disciplina sistemática, é o fato de ser tanto um saber que se associa às ditas ciências naturais, como às ciências humanas. No primeiro caso vincula-se à Física, à Geologia, à Biologia e Botânica, por exemplo, tanto que muitas vezes é classificada ainda hoje nos meios científicos enquanto uma das Ciências da Terra, dentre as ditas “ciências exatas” e por situar-se nas universidades em geral dentro dos institutos de Geociências e não nos de Ciências Humanas, embora guarde relações, em suas análises, com a História, a Antropologia e a Sociologia, na medida que trata de processos e transformações sociais *sobre e no* espaço que interessa à sociedade humana.

Esta ambiguidade - (aqui entendida como tensão que deseja, mas não se resolve), este “*estar na fronteira*”, - para usar um termo geográfico, - se possibilita o convívio com as diferenças dos saberes vizinhos, - o que é salutar - possibilita também o risco de perda de sua própria identidade, nesta interação. Periodicamente estas discussões emergem entre os

geógrafos, sempre que eles se interrogam sobre a sua “episteme”: o seu papel na sociedade ou o de sua “ciência”. Exemplares foram os questionamentos sobre se a Geografia é (ou foi) uma ciência de síntese, se é uma ciência nomotética ou idiográfica ou se deve-se envidar esforços e talvez até *forçar* a integração interna entre a Geografia Física e a Geografia Humana, ou, ao contrário, nestes tempos de questionamentos profusos que ultrapassam de longe os limites de uma ciência, assumir que a Geografia hoje é o que os geógrafos fazem. Isso significa que talvez o mais honesto fosse assumir esta tensão latente ou em alguns momentos explícita, reveladora de suas crises existenciais, mais ou menos assíduas, mais ou menos permanentes, que às vezes pode nos dar a impressão de conviver em uma torre de Babel, cuja expiação residiria no infortúnio de convivermos com várias línguas abrigados sob o mesmo espaço...

Mas se esta é uma “*perdição*”, é dialeticamente um fator de embriaguez e gozo quando a sedução de conhecer o nosso “aqui” e os “aquis”, e a sua constituição - iniciando pelo entendimento da história da Natureza, antes mesmo que existíssemos, e depois que o ser humano deixou suas marcas no planeta, - nos possibilita estabelecer relações conduzentes a uma melhor compreensão deste espaço e deste tempo em que vivemos. Mesmo podendo ser contestada por “outros habitantes de Babel”, arrisco-me a hipotetizar que este talvez seja o fascínio implícito em algum momento na trajetória de quem estuda ou ensina Geografia.

Mas há ainda uma outra “*perdição*”. Refiro-me à banalização no emprego de conceitos oriundos originalmente da Geografia, como espaço, região, clima e outros mais. Quem já não ouviu falar ou mesmo não empregou expressões do tipo: “estou ocupando o meu *espaço*”, no sentido de afirmar-se ou de avançar em direção a determinado objetivo? Ou: “qual é a *região* do corpo em que vai ser batida a radiografia”? Região aqui tomada como sinônimo de parte de um todo. Ou ainda: - “Não falei no momento porque não havia “*clima*”. Neste caso, o termo que era usualmente convencionado para designar um conjunto de fenômenos constantes e/ou periódicos integrantes da circulação geral da atmosfera, causados pelos três movimentos da Terra, é substituído por um significado indicador de um estado de espírito coletivo em determinado momento. Ou uma outra expressão usual: “senti que não havia “*ambiente*” para o assunto”, onde o ambiente, um conceito lato que abrange aspectos naturais e sociais, é tomado também parcialmente, no seu sentido psicológico. Aliás, talvez esta seja uma explicação para a denominação mais estendida de *meio-ambiente* para designar o meio físico

ou parcelas do mesmo, e que tem sido criticada por alguns com postura ambientalista crítica, ao se perguntar: - por que *meio*-ambiente e não ambiente inteiro?

Mas o que quero salientar aqui é que este uso cotidiano metafórico e indiscriminatório de termos geográficos responde pela banalização de conceitos que outrora só eram empregados no âmbito das sistematizações da disciplina. Não se trata aqui evidentemente de apontar esta banalização de expressões com um sentimento saudosista e nem de querer guardá-las exclusivamente para a Geografia, até porque a linguagem é viva, e como tal, se transforma. Trata-se de evidenciar uma dificuldade no sentido de precisar conceitos quando os termos que os indicam se impregnam de duplos sentidos. Trata-se também muito mais de um exercício epistêmico. E é assim que, provocativamente, caberia indagar: - Terá a Geografia se esgotado como saber neste fim de século e de milênio em que todos ou quase todos os recantos da superfície do planeta parecem já ter sido rastreados pela ocupação humana ou pelo olhar dos satélites? Será isto apenas uma outra “perdição”, quem sabe mais ou menos definitiva, ou o indício revelador de novas formas, embrionárias talvez algumas, de rearranjos dos saberes disciplinares para atender nesta modernidade contraditória em que vivemos, a novos e antigos anseios do espírito humano?

Em outras palavras: não estará neste uso vulgar de seus conceitos, um vestígio, talvez nem sempre explícito para os próprios geógrafos, de um dos impulsos que os movem no sentido de renovação da Geografia? E além deste desafio, por outro lado, não seria aquela antiga e às vezes implícita “paixão” pela compreensão do seu espaço, a responsável por este uso de termos geográficos pelo senso comum que se dissemina e assola o cotidiano de muitos, desejosos de compreender-se através dos “espaços” em que transitam?

Mas perdoem esta reflexão que talvez nos afaste de aspectos mais objetivos vinculados àquela interrogação mencionada no início: - *o que os profissionais de Geografia pesquisam ou melhor ainda: que temáticas os inquietam?* Como já mencionei, todas que impliquem a utilização do espaço, aí compreendidas a relação homem-natureza e as relações sociais no território, com suas transformações atuais. Mas afirmar apenas isso não basta, porque não nos permite vislumbrar as várias tramas que deveriam ser percebidas como constituintes deste tecido que é a Geografia. Não sei se conseguirei tramá-las articuladamente. Mas tentarei este artesanato experimental, valendo-me um pouco da história do pensamento geográfico pelas suas correntes, com uma ressalva: só na medida em

que for útil aos contrapontos e tentando, na outra ponta do tear, trabalhar um pouco as posturas dos que fizeram e fazem Geografia. Há ainda uma trama fundamental, e não seria honesto de minha parte escamoteá-la, mesmo sabendo que ela pode ser a perdição do tecido deste texto, por ser ela a meu juízo a que responde pela consistência do tecido, mesmo que eu não esteja certa de poder tramá-la com a coesão desejável. Refiro-me à trama Espaço e Tempo que “costura” a Geografia e a História e é onde mais corro o risco de esgaçar o tecido. Mas, parodiando Fernando Pessoa, “tecer” é preciso, viver não é preciso, ou seja: é impreciso...

Para verificar quais as correntes que tem abrigado as pesquisas cujos resultados são estes trabalhos que foram antes mencionados, é interessante lembrar com Paul Claval, que *“a Geografia é uma ciência simultaneamente antiga e jovem, pois ela data de Heródoto e teve um vivo desenvolvimento na Grécia, no mundo árabe, medieval e na época moderna quando os navegadores e exploradores ocidentais fizeram avançar o inventário de nosso planeta e onde a cartografia torna-se uma ciência exata; jovem porque entre esta Geografia de ontem e esta de hoje intervieram correntes maiores”* (Claval, 1984:23). Claval evoca as influências de Herder e Kant, cujas concepções filosóficas ressaltando a historicidade das sociedades e das culturas, sublinham que isto elas devem aos meios em que situam.

Assim assinalam Bailly e Beguin (1990:14-15):

Por que negar? Como a maioria das disciplinas em seus inícios, a Geografia se apresentou por longo tempo como radicalmente empirista, antes de tudo por pesquisa de informação sobre os novos mundos, depois para aprofundamento dos conhecimentos regionais. (...) A disciplina esteve assim desde a antiguidade voltada para o conhecimento do globo através de quatro tipos de enfoques:

- grandes explorações para descobrir os continentes;
- geometria para medir o espaço terrestre;
- cosmografia a fim de situar a terra nos grandes sistemas astronômicos;
- cartografia destinada à representação do espaço terrestre.

Sem pretender desenhar uma história do pensamento geográfico, constatemos rapidamente duas orientações maiores nesta pesquisa; uma, geométrica e física, outra vinculada às características dos lugares, mas ambas principalmente descritivas. (...) na época da Renascença, estas orientações estiveram sempre presentes nas quatro partes da Geografia Generalis de Varenius:

- a geografia matemática (cosmografia e geometria);
- a climatologia (estudos dos gases, dos ventos, das monções);
- a hidrografia (oceanografia, fluviologia);
- a fisiografia (estudo do relevo).

É só a partir do século XVIII que vão se dissociar as correntes geométricas destas da descrição das formas terrestres. Utilizadas para fins práticos, a cosmografia e a cartografia serão ensinadas pelas cadeiras de matemática para formar engenheiros, técnicos. Restará à Geografia a descrição de itinerários, de regiões, de países; uma via interessante à época da formação das nações contemporâneas: história e geografia vão se associar para se vincular ao estudo e ao ensino da formação das originalidades e dos recursos dos territórios nacionais, mas assim abandonando a herança geométrica e matemática dos séculos precedentes. A mudança de orientação é nítida, ela marcará a geografia até o período contemporâneo.

Já a Geografia que se desenvolve rapidamente entre as últimas três décadas do século XIX e a I Guerra Mundial, deve parte de sua inspiração aos seus fundadores que a precederam: - K. Ritter (1779-1859) com seu determinismo e Alexandre von Humboldt (1769-1859) com sua obra magistral *Cosmos*, calcada em suas observações naturalistas a partir das viagens ao Novo Mundo. O racionalismo de sua época, de formação científica, impeliu-o à publicação de numerosas obras. Mas como bem assinalam Bailly e Beguin (1990:15),

A geografia humana se impõe graças a dois autores Ritter e Ratzel, que oferecem duas reflexões, a primeira qualificada de determinista, a segunda de ambientalista, destinadas a fazer da disciplina outra coisa que não um catálogo de lugares ou de descrições de itinerários. Ritter (1836) insiste sobre a influência do meio físico na história dos povos: é o suporte natural (solo, clima, vegetação...) que determina as formas de implantação humana, os níveis de civilizações. Desta relação estreita natureza-homem decorre o qualificativo de escola determinista. Esta dirá por exemplo, que um sub-solo impermeável ou permeável (em função de sua capacidade de retenção de água) determina a formação de um habitat agrupado ou disperso, graças a maior ou menor densidade em recursos.

Friedrich Ratzel, (1844-1904), outro dos fundadores da Geografia dita “científica”, fortemente influenciado pelo darwinismo que permeou

seu tempo, escreveu também numerosas obras, entre elas sua famosa *Geografia política* onde os estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima relação com o espaço. Como bem assinala Costa (1991:33), para Ratzel, “*o Estado, como forma de vida tenderia a comportar-se (por analogia) segundo as leis que regem os seres vivos na terra, isto é, nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar, etc.*”

Ao teorizar sobre o conceito de espaço vital, sua recepção da teoria darwinista é clara, pois o ambiente é apresentado como elemento motor no qual só os mais aptos (neles incluindo indivíduos e estados) poderão sobreviver. É a primazia da lei do mais forte legitimadora da sobrevivência de alguns estados, que vai mais tarde enquanto ideologia, - segundo alguns, - inspirar a doutrina do pangermanismo e até mesmo o nazismo. Este estigma vai acompanhar não só a obra de Ratzel, - mal interpretado segundo outros, - mas a própria Geografia Política, renegada pelos geógrafos, durante muito tempo, como sinônimo de Geopolítica e de uma falsa ciência, uma doutrina a serviço do estado. Recentemente a Geografia Política tem sido resgatada, embora alguns geógrafos não a distingam de geopolítica, o que, a meu juízo não é aconselhável por contribuir para a indistinção do corpo conceitual e até mesmo para má-compreensões.

Comentam Bailly e Beguin que a idéia-mestra destas duas escolas - a determinista e a ambientalista - é a de que todo o ser vivo é o produto do meio em que vive; trata-se então de precisar as leis físicas que determinam as distribuições da espécie humana. Restaria aludir, ainda que brevemente, à contribuição de outro geógrafo alemão, Alfred Hettner, que em 1925 considerava como objetivo fundamental da Geografia o estudo da *diferenciação regional* da superfície da terra, no que foi seguido posteriormente pelo americano Hartshorn que em 1939 desenvolve esta idéia em *The nature of geography*. O fim do século e o início deste marcam o lançamento da Geografia Regional através do que se convencionou denominar o enfoque corológico.

Entre geógrafos franceses tais como Jean Brunhes, o anarquista Elisée Reclus, (1830-1905), assinala-se Paul Vidal de la Blache (1845-1918), historiador de formação, que desenvolveu uma geografia muito concreta, consistindo em descrever, definir e depois explicar. É V. de la Blache (1903, 1922), como afirmam Bailly e Beguin, (1990:16) quem vai reagir contra os excessos deterministas e ambientalistas, desenvolvendo a tese *possibilista*. Segundo a mesma não há necessidade determinante no meio geográfico, porém possibilidades que o homem,

senhor de sua escolha, vai ou não utilizar. A natureza propõe; o homem dispõe. Assim o caçador pigmeu, o cultivador de mandioca, o plantador de café, exploram a mesma floresta equatorial de maneira muito diferente.

Para Claval, ele retoma de A. Guyot (1807-1884) a idéia de *gênero de vida* que lhe permite conciliar os fundamentos ecológicos e os fundamentos sociais da repartição dos fatos no espaço, sendo seu o mérito de fazer a síntese de múltiplas correntes de pesquisas sobre as realidades regionais. Com estes acréscimos inaugura-se a perspectiva corológica, onde

(...) a região é unidade globalizada na qual há interpretação de todos os aspectos, os físicos e os humanos. Ao estudar a região o geógrafo podia compreender a totalidade. (...) Esta noção de pluralidade está no âmago do conceito de landschaft e de paisagem e criava a possibilidade de considerar as regiões como entidades objetivas, independentes do observador, sendo "objetos concretos" da análise geográfica, segundo Hatshorne (1939). (Christofolletti, 1982).

Entretanto não é o propósito resgatar minuciosamente todo o período da visão clássica da Geografia. O importante é reter que esta visão privilegia a descrição dos fatos para chegar à explicação, enfatizando o método indutivo. Neste enfoque os quadros regionais resenham o meio natural, a história e os gêneros de vida. A Geografia regional, enquanto disciplina *idiográfica*, percebe cada região como única, assenta-se sobre o conhecimento preciso de pequenas regiões, com numerosas obras que transmitem uma concepção enciclopédica da Geografia e apoia-se numa postura morfo-funcional em que o objetivo é dar conta do espaço através da análise das formas e das funções ao nível das regiões naturais. Bailly e Beguin ilustram com o seguinte exemplo:

Observam-se e descrevem-se estas formas¹ que são os terraços cultivados resultantes do cultivo de vertentes de encostas em certas regiões asiáticas. Em seguida associam-se estreitamente as mesmas à função desta rizicultura irrigada, que é a de nutrir uma população rural muito densa. A pesquisa das diferenciações e das particularidades locais, a descrição da heterogeneidade dos fenômenos, prima nas monografias regionais: assim o sistema de irrigação dos terraços será minuciosamente descrito e suas variantes locais serão evidenciadas em relação com as especificidades dos micro-meios locais. É desta maneira que é realçado o papel do espaço. (Bailly e Beguin:16).

A perspectiva idiográfica, herança da escola francesa, vai ser mais tarde refutada pela proposta nomotética, cuja argumentação se baseia nos seguintes aspectos: se cada região é *única* na face da terra, então ao analisá-la, onde a buscar as regularidades fundamentais dos fenômenos e as explicações gerais que caracterizariam, segundo estes críticos, as disciplinas com um verdadeiro status de ciência? O principal mentor destas críticas é Fred Schaefer (1904-1953), cujo artigo nos anais da American Association of Geographers, nos EUA, - *Exceptionalism in geography* - só vai se difundir nos anos 60. Ele denuncia o excepcionalismo epistemológico dos geógrafos, o seu hábito de definir sua disciplina como escapando às regras normais da ciência, sob o pretexto de que seu objetivo é o de descrever o particular - ênfase ao particular - em vez de enfatizar o geral e o estabelecimento de leis, o que constituiria o caráter comum, *nomotético*, dos campos de conhecimento realmente evoluídos. A Geografia deveria por exemplo, insistir mais sobre as similitudes das relações cidade-campo que sobre as especificidades próprias das relações de cada cidade, evidenciar as *regularidades* como o decréscimo de frequência dos deslocamentos à cidade com o aumento da distância. A discussão resultou ambígua por várias décadas até que os geógrafos, (alguns) se deram conta que este modelo é não só aquele das ciências naturais, como o do paradigma positivista lógico, eivado de cientificismo.

Segundo Claval, (op. cit.:28) a tomada de consciência mais significativa a longo prazo talvez seja a de E. Ullman (1912-1975) que definiu a Geografia como *ciência de interações sociais*, rompendo com as ligações verticais homem-meio, para chamar a atenção para as solidariedades que os homens tecem entre eles. Simultaneamente ele apela a uma reorganização em profundidade da disciplina, a ser concebida como uma ciência social, e abrindo a via às reflexões teóricas.

Mas é aquela outra busca de construções teóricas, enfatizadora das similaridades, relegadora das nuances e diferenças a segundo plano, tendentes ao rigor formal do ponto de vista metodológico, que vai predominar e conduzir a partir dos anos 50 nos países anglo-saxões, difundindo-se pela Europa e no Brasil a partir dos anos 70, a chamada *Nova Geografia ou Geografia Quantitativa*, ou ainda *Geografia Teorética*, que se vale de técnicas estatísticas, geometrizações do espaço e cálculos matemáticos para suas análises. As críticas a esta corrente endereçam-se ao uso da linguagem matemática em detrimento de explicações que lhe escapam; desconfiança a cerca do reducionismo das hipóteses assim formuladas; ao *excesso de empirismo quantitativo*, facilitado pela acumulação de dados em computador e ao caráter implícito das ideologias veiculadas

por esta pesquisa. (Bailly e Beguin, 1990:23). Wettstein aponta como principais conquistas desta corrente a criação de novos sistemas de análise em geografia física e análises urbanas como: distribuição de acordo com a categoria, modelos explicativos da estrutura urbana ou a lógica econômica do espaço urbano, determinação quantitativa dos fatores que influem na localização industrial e estudos sobre a difusão de inovações.

Se a geografia regional clássica repousa sobre uma problemática morfo-funcional e a geografia neo-positivista sobre uma problemática racionalista, outras formas de geografia aparecem em seguida: geografia radical e geografia comportamental. Estas duas correntes partilham em comum a distinção entre ciências da natureza e ciências do homem, e a concepção da Geografia como ciência nomotética. Esta Geografia entra deliberadamente na corrente das ciências sociais, estudando não só o comportamento das coletividades humanas, mas sobretudo as forças que lhe parecem explicar as práticas sociais. (Bailly e Beguin:25)

Antes porém de examiná-las é bom lembrar outra via que no Brasil se firmou nos anos 70. A partir do fato dos geógrafos trabalharem em órgãos públicos ou em escritórios privados sobre planejamento urbano ou regional, emergiu a tendência chamada de Geografia e Planejamento, oferecendo significativa aproximação com a economia e com o urbanismo praticado pelos arquitetos, podendo abarcar na vertente acadêmica a Geografia Urbana e a Regional, embora não deva com elas ser necessariamente confundida e nem superposta. Entretanto ela recrudescu significativamente a partir dos anos 80.

Além destas, quase todos os autores que tratam da história do Pensamento Geográfico apontam, a partir das últimas décadas, as seguintes: a Geografia Crítica ou Radical, de vertente marxista; a corrente Ambientalista ou Ecológica; a Geografia da Percepção (ou do Comportamento, às vezes também denominada de Geografia das Representações) e a Geografia Humanista.

A *Geografia Radical* iniciada nos anos 60 nos EUA, tem como pano de fundo a contestação motivada pela guerra do Vietnã, a luta pelos direitos civis, a crise da urbanização e da poluição, a crítica às teorias de localização e à Geografia Política como uma ciência social centrada em análises para o Estado. Ela visa a ultrapassar e substituir a Nova Geografia por acusá-la de pragmática, alienada, objetivada nos padrões espaciais e não nos processos e problemas sócio-econômicos e

com grande função ideológica. Maria Dolores Garcia citada por Christofolotti, (1982:27-28) sugere quatro tendências na Geografia Radical ou Crítica:

a) de orientação anarquista, que remonta suas origens aos trabalhos pioneiros de E. Reclus e Piotr Kropotkin, sendo um de seus difusores Richard Peet, nos EUA.

b) de orientação popular-radical, caracterizada pelo contato direto dos geógrafos com as populações das áreas e bairros a serem investigados, em que participa e orienta a população para solucionar seus problemas e traçar suas reivindicações.

c) de orientação para o Terceiro Mundo exemplificada pelos trabalhos de Blauth (1973, 1975, 1976) destinados a propor análises sobre o desenvolvimento e o imperialismo. Neste último caso, eu acrescentaria também o trabalho do geógrafo inglês Peter Taylor, que sugere uma análise em Geografia Política a partir das idéias de Wallerstein em seu livro *Political geography*.

d) de orientação teórico-marxista, baseada no estudo das obras de Marx e Engels em busca de fundamentos teóricos. Os trabalhos de David Harvey de 1973 a 1976, dentre os quais destaca-se *A justiça social e a cidade* ilustram esta tendência. No Brasil, trabalhos como “*A valorização do espaço*” de Wanderley Messias da Costa e Antonio Carlos Moraes, também nela podem ser incluídos.

Resta lembrar que a revista *Antipode, a Radical Journey of Geography*, publicada nos EUA, veiculou muitos trabalhos nestas linhas, enquanto Yves Lacoste na França, em 1977, publicava *A geografia, isto serve antes de mais nada para fazer a guerra*, denunciando outra “perdição” na Geografia: - o fato dela ter se cindido em uma Geografia dos estrategistas e outra dos professores, servindo ao poder de Estado ou à mera reprodução de conhecimentos. Funda também a revista *Herodote*, que se dedica a análises geopolíticas. Milton Santos, no Brasil, publica em 1978, *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*”, talvez seu livro mais articulado, em que apresenta muitos dos conceitos que continua a desenvolver até hoje, como o de espaço sobre globalização e meio técnico-científico.

A corrente *Ambientalista* ou *Ecológica* revela a preocupação com as devastações ambientais, considerando o impacto dos elementos naturais quando influenciados pela sociedade. A geografia física, particularmente, tem sido influenciada por esta tendência, evoluindo no dizer de Manoel Correa de Andrade, (1987:119) “*de trabalhos específicos sobre morfologia, clima, hidrologia, etc, para realizar pesquisas mais amplas*

a respeito do meio-ambiente, ou, continuando o trabalho em suas áreas específicas, passaram a aplicar os conhecimentos especializados”. No Brasil esta preocupação não é recente, embora tenha angariado muitos adeptos nos últimos tempos. Os trabalhos de Orlando Valverde denunciando a aplicação de agro-tóxicos e a devastação de vastas áreas da floresta equatorial amazônica para o abate de árvores por parte das companhias madeireiras (pela pulverização do agente laranja usado na Guerra do Vietnã) constitui-se em um dos exemplos contundentes. No seu caso, foram pesquisas iniciadas em Geografia Agrária que se deslocaram para a corrente ecológica.

O geógrafo Aziz Ab’Saber, após anos trabalhando com geomorfologia em várias regiões brasileiras, vem se dedicando tanto à defesa da preservação ambiental em várias frentes, como a luta pela reorganização do espaço atingido pela construção de barragens e tem lutado em defesa das encostas da Serra do Mar castigadas pela poluição industrial de Cubatão e pelo desmatamento provocado pelos processos erosivos. Seu posicionamento político conduziu-o recentemente à presidência da SBPC.

Convém contudo lembrar que

(...) não há, naturalmente identidade ideológica entre os vários geógrafos sobre as soluções a serem dadas aos impactos ecológicos, mas em comum eles defendem a preservação da natureza e combatem a política desenvolvimentista que vem financiando a devastação natural, feita de forma indiscriminada, e a implantação de indústrias altamente poluidoras, sem a utilização de mecanismos que neutralizem os efeitos poluentes, e a degradação das condições de vida e de alimentação das populações. (Andrade, 1987:121)

Tanto a *Geografia das Representações* quanto a *Geografia Humanista*, tem como sustentação filosófica a Fenomenologia, e a meu juízo, são as que propiciam condições para estudos sobre território e identidade. É a partir da noção de mundo vivido (*lebenswelt*) da fenomenologia de Husserl que a Geografia das Representações vai buscar a noção de espaço vivido. Ela se refere também à noção de espaço percebido, porém ambos não são sinônimos. Ao tratar sobre a Geografia das Representações, assim se expressa Bailly:

A representação do espaço pode ir além da percepção do ambiente real, referindo-se a espaços não percebidos atualmente ou a espaços

imaginários. O estudo do papel das representações sobre os comportamentos dos homens não é novo, pois desde o início do século XX é publicada uma série de trabalhos sobre a orientação humana, o deslocamento dos nômades ou dos marinheiros e sobre as pertencças regionais ou nacionais; estas são as representações coletivas do espaço - correspondam elas ou não à realidade física - que dão seu sentido aos lugares e que explicam os vínculos territoriais. Trata-se porém em geral de estudos consagrados a pequenas sociedades, através da pertença regional; mas, em nenhum caso, é privilegiada, à esta época, a psicologia individual, por receio de promover crenças pessoais e a subjetividade.

É preciso esperar os anos trinta nos EUA para que um enfoque fundado sobre análises do comportamento de indivíduos, que se pode qualificar de ambientalista, apareça. Ele postula um comportamento espacial ligado às condições do ambiente, isto é, essencialmente ao meio físico e ao quadro construído. Enfoque que se encontra nos adeptos da teoria do Estímulo-Resposta como Skinner, que desenvolvem a idéia de relações diretas entre os estímulos do ambiente e o comportamento humano.

*Sem ser assim mecanicista e determinista, o trabalho pioneiro de K. Lynch (1960) *The image of the city*, que revela uma organização mental da cidade com três componentes: identidade, estrutura e significação, entra nesta categoria que considera as imagens mentais como a conseqüência duma montagem mental de elementos físicos. Este enfoque lhe permite destacar cinco elementos essenciais na imagem da cidade: os caminhos (eixos de deslocamento), os limites (linhas de descontinuidades), os nós (confluência de fluxos e de eixos), as referências (elementos marcantes da paisagem) e os bairros. Este último elemento, o mais complexo, vai reter rapidamente a atenção dos pesquisadores interessados pelos estudos de proximia. (...)*

Toda sociedade procura o controle de seu espaço ou território em função de um certo estado preferido das relações sociais". Assim são destacados oito níveis entre o eu e o mundo: o próprio corpo, o gesto imediato (extensão do corpo), e esfera visual, o espaço refúgio (domínio de apropriação familiar como a moradia), o domínio coletivo familiar (o bairro), o domínio coletivo menos conhecido (a cidade), a região (onde o homem pode ir e retorna em menos de uma jornada), o espaço dos projetos (onde o desconhecido engendra a idéia de aventura). Esta territorialidade nos informa sobre a significação cultural das relações espaciais, sem entretanto insistir sobre as relações interpessoais e inter-

grupos. Para integrar esta dimensão é preciso apelar para o conceito de territorialidade relacional desenvolvido por C. Raffestin. A mesma paisagem, o mesmo bairro mascara uma multiplicidade de processos relacionais, de relações simétricas ou assimétricas entre indivíduos. Estas relações (de produção, de troca, de consumo...), percebidas e vividas pelos indivíduos constituem um testemunho das tensões entre os grupos humanos.

Recorrer a imagens mentais² para compreender a importância destas relações sobre o sentido dos lugares constitui um meio para descobrir o porquê das ações humanas (Bailly, A.: 133-34).

Mas o autor faz questão de frisar a distância deste enfoque em relação às teorias mecanicistas *estímulo-resposta*, pela introdução deliberada do papel dos valores³ sociais, dos signos na análise do processo cognitivo.

Em 1974 um número especial de *L'Espace Géographique*, (n.3) foi dedicado à geografia da percepção. Mas foram precisos dez anos para que fossem plenamente assimiladas as noções de subjetividade do conhecimento e da gênese das imagens mentais e para que fossem valorizados os laços entre representações espaciais - mediação cultural e social - e percepção do espaço.

É em particular através dos estudos sobre o centro das cidades e as avaliações da distância percebida que os geógrafos abordam esta questão. (...) Planos da expressão e da explicação são assim distinguidos, em particular através das cartas mentais, muito conhecidas dos geógrafos por seu potencial de evidenciar as deformações nas distâncias e nas superfícies (quanto mais um lugar é valorizado, mais sua representação gráfica é completa e importante), por suas capacidades em revelar as significações do espaço social através da escolha dos signos, elas reenviam necessariamente a uma distinção fundamental, qualificada por J. Pailhous de "referencial egocentrado" e "referencial exocentrado"⁴ (...) O primeiro referencial corresponde a uma representação de um trajeto, ligado à experiência, o segundo a uma concepção independente do sujeito, por exemplo, mediatizada pela carta. Orientar-se, localizar-se, é passar de um referencial a outro, em função do seu conhecimento (ou não conhecimento) do meio e dos códigos utilizados nos sistemas cartográficos que constituem, entre outros, mediadores sociais importantes.

(...) É assim que se pode compreender na imagem mental o viés

espacial, *deformações ilustrando o vivido cotidiano ou relações de proximidade, de identidade, de simetria, mas também as propriedades projetivas e temporais do espaço, manifestações da importância da duração, do movimento histórico e social, e as propriedades simbólicas traduzindo as valorizações de certos espaços (o centro da cidade, bairros abastados, por exemplo). A complexidade da imagem nos desliga da realidade do significado para entrar no domínio do significante com seus valores, seus símbolos.*

(...) Compreende-se então que A. Frémont⁵ nos convida a distinguir o espaço objetivo, fundado sobre as métricas ditas objetivas, (nós preferimos o termo exocentradas), do espaço de vida, conjunto dos lugares frequentados pelo grupo do qual o indivíduo faz parte, do espaço social relacionando os lugares frequentados pelo grupo social e as relações simétricas e assimétricas que sustentam esta frequência (papel da distância social), e enfim de espaço vivido, o mais completo, que integra além das distâncias precedentes, a distância afetiva. (Bailly, op. cit.: 135-36).

Haverá porém críticas a este posicionamento da geografia das representações? Em primeiro lugar poder-se-ia objetar que há ou houve uma ênfase bem maior à percepção de representações gráficas, privilegiando uma certa geometrização do território e a deformação de pontos, linhas, distâncias e superfícies em detrimento de uma representação imaginária que emprestasse maior importância às significações das relações sociais no território, incluindo aí as modalidades pelas quais se expressa o poder e a participação nos espaços vividos do cotidiano. Mas Bailly aponta críticas diferentes destas:

Este tipo de pesquisa não existe porém sem colocar muitas questões a propósito da ligação entre processo cognitivo e ação (diferença entre atitude e ação), da qualidade das respostas individuais e de sua agregação para obter uma visão coletiva. Mais acerbos são as críticas dos geógrafos radicais que contestam o enfoque micro-geográfico⁶. Para estes últimos, o estudo das condições sociais, históricas, que agem independente do indivíduo, deve preceder toda a análise. Não haveria portanto teoria social na geografia das representações que não fizesse outra coisa a não ser reproduzir as forças sociais em jogo, uma vez que ela não se atém a esta primeira etapa indispensável. Ela estaria assim impregnada de um empirismo ingênuo e burguês. Crítica de base, mas que repousa sobre uma concepção ideológica e epistemológica diferen-

te de ciências sociais. (...) O essencial é explicar as razões; elas pertencem a cada pesquisador que assume a responsabilidade de precisar suas escolhas ideológicas, suas hipóteses de trabalho, seus critérios de seleção das variáveis e dos métodos e as lógicas de sua pesquisa. (Bailly, op. cit. 138)

E quanto à segunda vertente com possibilidades de nutrir os estudos de território e identidade, a Geografia Humanista? É o geógrafo inglês D.C. Pocock que nos presta alguns esclarecimentos.

O enfoque humanista⁷ não se contenta em estudar o homem que raciocina, mas também este que experimenta sentimentos, que reage, que cria... Toda divisão rígida entre o mundo objetivo, exterior e o mundo subjetivo, interior é rejeitada já que o mundo encontra sua coerência nos conceitos organizadores e que ele constitui uma extensão de nossa consciência; estando o sujeito implicado no processo de conhecimento, não pode haver separação entre fatos⁸ e valores. Descrever e compreender, insistindo sobre a empatia com os homens, tais são os objetivos principais da geografia humanista. (Pocock:139)

O leitor mais exigente talvez esteja se perguntando sobre questões mais específicas de método. E como elas são fundamentais para a compreensão das relações entre identidade e território, vale transcrever suas palavras:

A reflexão, a observação, a experiência constituem os métodos de base da geografia humanista; observação livre ou estudos nos quais a geografia faz parte integrante do meio estudado, enquanto membro duma comunidade, visitante, amigo ou residente, por exemplo. (...) É a partir destas descrições qualitativas detalhadas ou de discussões de grupo que são iluminadas as experiências do ambiente. A literatura e as artes são igualmente úteis ao geógrafo humanista como fontes de informação e para melhor captar o desenvolvimento ou o aparecimento de nossa sensibilidade em relação ao meio; em outras palavras, elas nos auxiliam a colocar ou a confirmar nossas hipóteses de pesquisa.

Em geografia humanista a personalidade, a intuição e a reflexão do pesquisador são explicitamente valorizadas para evitar os a priori do método científico. O objetivo central do enfoque holístico⁹ é o homem, - ser vivendo o mundo, - para compreender as estruturas e as significações do espaço vivido e abordar assim as questões raramente

postas. De modo prático, é possível dividir estes estudos em função da ênfase sobre o ser ou sobre o mundo (natureza do vivido ou sua exteriorização), mesmo se esta divisão possa parecer artificial. (Op.cit. 140)

É ainda o conceito de “*mundo vivido*” da Fenomenologia que, segundo Pocock, permite melhor captar a base espaço-temporal e cultural da experiência ordinária, cotidiana.

Como esta vida cotidiana não é senão raramente questionada, só uma tomada de consciência dos processos permite daí retirar as estruturas e as significações. Por esta tomada de consciência se rompe a unidade entre o vivido e a objetivação do mundo. Uma vez nossos olhos abertos, nos tornamos conscientes de nosso próprio mundo, dos significados que nos transmitem os grupos aos quais pertencemos e a sociedade em seu conjunto. Os conceitos de comunidade e de espaço social são assim por sua imbricação, particularmente úteis à geografia humanista. (...) A partir de discussões coletivas profundas, D. Seamon¹⁰ estruturou o vivido geográfico através de três temas: o repouso, o movimento, o afrontamento. Outros pesquisadores falam, aliás, do papel do lar e de sua área próxima nos estudos sobre o enraizamento e a alienação. Assim existe claramente um dualismo, uma dialética fundamental da experiência humana do ambiente, que Relph¹¹ resume em termos de interioridade-exterioridade. (Op.cit. 140-141)

Após esta ênfase sobre o ser, Pocock passa então à ênfase sobre o mundo, analisando os lugares, a paisagem, citando os estudos de topofilia (1974) e espaço e lugar (1977) de Tuan Yi-Fu, assim como os de geodevoção do mesmo autor (1976) *Geopiety: a theme in man's attachment to nature and to place* (in: Lowenthal, D; Bowden, M.J. (eds) *Geographies of the mind*, Oxford, New York). Alguns excertos podem dar uma breve idéia do vínculo entre identidade e território:

Este espaço significante pode existir com diversas escalas geográficas: de uma cadeira ou de uma peça apreciadas a um país, contidamente ou mesmo à Terra. Contudo a maioria dos estudos se ligaram às meso-escalas. (...) O sentido do lugar reflete a qualidade percebida de um espaço. (...) O sentido de um lugar é essencial na identificação humana. Os receios do exílio, termos como “mal du pays”, “dépaysement” (desterro), assim como os laços etimológicos evidentes entre ser e habi-

tar, ilustram bem a importância destas relações homem e terra. A ausência do sentido do lugar (“placelessness”), antítese da identidade humana, é então considerada como um entrave, a longo termo, ao bem estar dos homens.

Quanto à paisagem,

(...) os acontecimentos e as experiências humanas são assim transpostos nas paisagens que refletem e reforçam nossa identidade, seja ela individual, coletiva ou nacional. Há mais de 50 anos P. Vidal e la Blache já nos davam uma visão dos seres nacionais e regionais através das originalidades, das identidades dos gêneros de vida. E mais recentemente, G. Bachelard¹² sugeriu, como alternativa à análise psicológica para melhor compreendermos a nós mesmos, o desenvolvimento de uma verdadeira “topo-análise”.

Que valor dar à Geografia Humanista? “O valor mais profundo da Geografia Humanista provém de sua maneira de abordar a questão fundamental: o que é o homem? e nisso incorporar uma conotação geográfica.” Pocock afirma que aos que a criticam por seu caráter pouco operatório, decorativo como o das obras artísticas, é fácil responder que a pertinência é um conceito que ultrapassa largamente a noção de utilidade prática. É pelas questões fundamentais que ela coloca, que a Geografia Humanista adquire logicamente sua pertinência em certos domínios de estudo, e certas pesquisas humanistas deságuam em projetos de aplicação

(...) por exemplo todo o arranjo espacial novo ou toda a modificação do meio, tem grandes chances de sucesso se os planejadores consideram as estruturas de pensamento locais e a significação dos espaços vividos.¹³

Aliás, a pertinência dos conceitos da geografia humanista, tais como a complexidade, o mistério ou a tranquilidade por exemplo, pode ser testada pelos métodos e técnicas convencionais. O imaginário literário¹⁴ constitui igualmente, já se viu, uma mina de hipóteses potenciais. Quem pode ainda, depois destes exemplos, questionar o valor real da Geografia Humanista? (Op.cit.: 142).

Christofolletti (op. cit.: 29-31) menciona ainda a Geografia têmporo-espacial, a qual, visando traçar as trajetórias dos ritmos de vida, sejam

eles diários, anuais ou da própria duração da vida, sublima o tempo alocado às diversas atividades e nos vários lugares. Dos trabalhos do geógrafo sueco Torsten Hagestrand, de 1970, derivou-se o *Time-Geography Group* em seu país. Ele menciona ainda outros grupos dedicados à temática. É ainda Christofolletti quem afirma a respeito desta tendência:

A sua principal diferença reside em salientar a significância das 'qualidades formais do tempo e do espaço', e não na procura de uma categoria de fenômenos substanciais que servisse de objeto específico para sua caracterização. Os fenômenos analisados são pertencentes ao mundo das ciências sociais e biológicas, consistindo em indivíduos e populações humanas, vegetais e animais à medida que interagem com o homem, com as suas percepções e ideologias e assim por diante. (Carlstein e Thrift, 1978).

Temas como a escolha de residência, de locais de trabalho, de cidades para morar, por envolverem seleção de pontos para usufruir de regalias e disponibilidades sociais e para distribuir convenientemente o uso do tempo diário nas diversas atividades, assim como recursos individuais e familiares (renda, uso de carro, etc), propiciam opções de ação numa porção maior de espaço e de execução de tarefas mais diversificadas.

As atividades produtivas e as características das classes sócio-econômicas são importantes na análise têmporo-espacial. São significativas, por exemplo, as diferenças no uso do tempo entre as populações urbanas e as rurais. Outro aspecto relaciona-se com o valor do tempo gasto. (...) As questões e os problemas que podem ser focalizados sob a perspectiva têmporo-espacial são muito diversos, envolvendo aspectos da localização espacial dos artefatos humanos e a distribuição do uso do tempo. Representando mais um instrumento de análise, um 'modelo têmporo-geográfico', esta focalização não surge como uma nova perspectiva geográfica. (Cristofolletti: 31)

GEOGRAFIA E HISTÓRIA: QUE VÍNCULOS?

Um dos questionamentos iniciais propunha o que a Geografia e a História tem ou teriam em comum, aí embutida a questão “o que os professores ensinam”. Tentarei discriminar um pouco a problemática a par-

tir da afirmativa de um geógrafo amigo, Bernard Elissalde, da *Association Espaces-Temps*. Ele me fez notar que o estudo do tempo, a História, é (ou pode vir a ser) a descoberta do outro, dos outros, e que, parece-me, dialeticamente pode nos remeter à compreensão de nós mesmos.

De fato o Espaço e o Tempo vistos não como meras categorias de análise, mas como dimensões do real, nucleares em nossas disciplinas sim, mas que justo por se constituírem em *dimensões do real*, - transcendem-nas e perpassam todos os saberes. Através das correntes de pensamento em Geografia, é possível perceber que o homem, em sua busca de se compreender respondendo a questões como: - *Quem sou eu? Quem somos nós? Onde estou? Onde estamos?* analisou o espaço ora como o vasto cosmos, ora como superfície da Terra, ora como relação sociedade-natureza, ora como a relação com a natureza, mas também com os outros seres. É neste sentido que podemos dizer com Lefebvre que a forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade.

Aliás, sobre a simultaneidade, cabe lembrar que para Milton Santos (1982:10)

(...) o espaço é a acumulação desigual de tempos. O que se acha diante de nós é o agora, a atualidade em sua dupla dimensão espacial e temporal. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade atual. Por isso, o momento passado está morto como "tempo", não porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. Todavia, estamos acostumados a pensar que o passado está morto, e que nada do passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. Todavia, estamos acostumados a pensar que o passado está morto, e que nada do passado pode ser também presente (Bertrand Russel 1948, 1966:231).

Isto, parece-me, é o que temos fundamentalmente em comum. Porém que lições a análise das correntes de pensamento em Geografia teria a nos oferecer, para que não permaneça como um mero exercício de erudição? - Quem é afinal este personagem, o geógrafo e o professor de

Geografia? A sedução pela natureza, talvez algumas vezes inconsciente, tem sido indubitavelmente uma das tônicas do seu fazer intelectual, e a Geografia dos Viajantes, das grandes explorações científicas dos séculos passados, bem como a atração dos estudantes pelos estudos de ecologia no presente são disso muito ilustrativos. Houve e ainda há também a Geografia técnica, instrumental de que o uso da cartografia e do sensoriamento remoto ou a elaboração de divisões regionais para o planejamento são exemplos. Houve (e há ainda) a Geografia como uma ciência social estado-centrada, em que o geógrafo, teorizando sobre o Estado nutre a geopolítica e a geografia política. Mas há ainda uma tradição “rebelde” que permaneceu marginal durante muito tempo, porque não vinculada necessariamente à academia: - a Geografia “militante” que vem desde as posições anarquistas de P. Kropotkin e E. Reclus, até posições engajadas como a de Bunge, e a de tantos geógrafos brasileiros, junto a assentamentos populares ou a Organizações Não Governamentais (ONGs). Houve a de Yves Lacoste, seja denunciando as atrocidades praticadas no Vietnã, seja desmistificando a suposta “neutralidade” da Geografia e apontando as conseqüências que podem advir para as populações atingidas pela “organização” de seu espaço. Ele tem conclamado o geógrafo a assumir uma posição militante contra a instrumentalização da Geografia pelos estados-maiores estatais ou privados. Uma frase sua ficou famosa sobretudo entre os estudantes de Geografia nos anos 80: *“Saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater... Afinal nem toda região montanhosa arborizada é Sierra Maestra!”*

E é desta “geografia militante” que quero partir para a última questão enunciada: - o que ensinam os professores? O que direciona minha reflexão não é o objeto do ensino, os conteúdos. Não que isso não seja importante. Também o é. Mas eu estaria exorbitando por demais o tempo, abusando da atenção que me dispensam, e assassinando a humildade necessária diante da magnitude, extensão e importância do tema. Então, limito-me a inferir que esta Geografia “militante”, (- e por que não uma História “militante”?) tem o indeclinável papel de se transformar continuamente e atender às exigências de nossa contemporaneidade, nas quais as necessidades de transformar o ensino e a pesquisa a todos os níveis se inclui, sobretudo em um país com as desigualdades sociais do nosso, em que a educação, infelizmente, ainda é um processo elitista. A esta tarefa, a meu juízo, não podemos renunciar. Explico-me: a Geografia “militante” de hoje, embora não prescindida de nossa atuação na sociedade em busca de maior justiça social, tem também a bela e difícil tarefa de fazer da pesquisa um exercício de cidadania, e do ensino uma pesquisa perma-

nente, aí incluída nossa tarefa de professores e que nos libertará do mero papel de reprodutores de conhecimento, de “operários fordistas do intelecto”, para uma outra Geografia, uma outra História, consentâneas com o que Heidegger expressou como “ser no mundo”.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. que são as formas das regiões naturais.
2. As *imagens mentais* são representações utilizando informações conceituais (abstratas) e a experiência perceptiva direta. Elas são simultaneamente insumos da memória e da percepção. De tais imagens se tem duas funções: *referencial* para reconstruir as percepções -, *elaborativa* para organizar as relações novas ou as experiências anteriores.
3. *Valor*: qualidade que atribuímos, consciente ou inconsciente a um tipo de relação, a uma representação, ou a um objeto.
4. PAILHOUS, J. *La représentation de l'espace urbain: l'exemple du chauffeur de taxi*. Paris: P.U.F., 1970.
5. FRÉMONT, Armand. *La région, espace vécu*. Paris: P.U.F., 1976.
6. *Micro-geográfico*: geografia fundando sua análise sobre os dados individuais (por oposição à macro-geografia que parte de dados agregados).
7. *L'Espace Géographique* apresentou duas resenhas da geografia humanista em seu nº 4, 1981, por A. Fel (p. 299-300) e B. Lévy (p. 301-304).
8. *Fato*: o fato seria o dado real da experiência, enquanto que o *valor* corresponde ao desejável e a importância subjetiva que se atribui às coisas (ver a definição de valor de A. Bailly na geografia das representações).
9. *Holismo*: concepção a partir da qual todo o organismo, toda a sociedade tem propriedades distintas de seus elementos constitutivos, o que torna necessário um estudo global.
10. SEAMOND, D. *A geography of the lifeworld*, Londres, Croom-Helm, 1979.
11. RELPH, E. *Place and placelessness*, Pion, Londres, 1976.
12. BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço (1957)* traduzido pela Abril e publicado em sua coleção *Os Pensadores* sob o título *Bachelard*.
13. BAILLY, A. Du symbole à l'image: analyse de l'espace urbain à Belfort. *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, (479):1981. p. 239-243.
14. POCOCK, Douglas; C.D. (ed). *Humanistic geography and literature*, Londres: Croom-Helm, 1981.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correa de. *Geografia, ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo, Atlas, 1987. p. 11-19 e 116-130
- BAILLY, A. (1984) "La géographie des représentations: espaces perçus et espaces vécus" idem, p. 133-138.
- BAILLY, Antoine e BEGUIN, Hubert. "La géographie humaine au passé et au présent". IN: *Introduction à la géographie humaine*. Paris: Masson S. A., 1990. p. 13-30.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. *As perspectivas dos estudos geográficos*. São Paulo: Difel, 1982. p. 11-36.
- CLAVAL, Paul "Histoire de la géographie" In: BAILLY, Antoine et al. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1984. p. 23-32.
- COSTA, Wanderley Messias da. "A geografia política clássica" IN: *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992. cap. 2
- HUSSERL, E. Col. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- JAPIASSU, H. e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- POCOCK, Douglas C.D. "La géographie humaniste" In: BAILLY, A. (coord.) *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1984. p. 139-142.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec.
- WETTSTEIN, German. Introdução à ciência geográfica. Atualização e transformações recentes. IN: *Subdesenvolvimento e geografia*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 7-19.